

A CRISE DA ERA PROTESTANTE E A CRISE DAS INSTITUIÇÕES MODERNAS

por Marcos Chastinet Júnior¹

Resumo: Enquanto elemento fundamental na construção da sociedade burguesa e das instituições modernas, o protestantismo encontra-se conjuntamente imerso na crise que atinge o sistema social e político contemporâneo. A crise do protestantismo confunde-se com a crise da sociedade capitalista. Contudo, na leitura de Tillich, a crise da era protestante afigura-se oportunidade ímpar para se exercitar o princípio protestante, de natureza profética, que, em diálogo com a sociedade, seria o catalisador para o surgimento de uma nova ordem de coisas. Estarão os cristãos prontos a exercer este papel profético previsto pelo teólogo?

Palavras-chave: Protestantismo, instituições sociais, crise, Tillich.

Abstract: As a fundamental factor in the bourgeois society and modern institutions building, Protestantism is jointly immersed in the crisis of the contemporary social and political system. The crisis of Protestantism is intertwined with the crisis of the capitalist society. However, in reading Tillich, the crisis of the protestant era is a unique opportunity to exercise the protestant principle, in its prophetic nature, which, in dialogue with society, would be the catalyst for a new order of things. Would be christians ready to exercise the prophetic role provided by the theologian?

Keywords: Protestantism, social institutions, crisis, Tillich.

Vive-se hoje num mundo marcado pela crise das instituições sociais e políticas geradas na modernidade (sécs. XVI-XVIII), que subsistem até nossos dias sob a justificativa de fazerem parte do sistema que deu (e dá) sustentação à sociedade capitalista,

¹ Marcos Chastinet Júnior participa da Fraternidade Teológica Latino Americana em Fortaleza (FTL-F), é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Direito e Processo Constitucionais pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: mchastinet@hotmail.com.

caracterizada pelo progresso material e científico-tecnológico. Como se sabe, foi na esteira da racionalidade e do progresso da Idade Moderna que se gerou a idéia do estado-nação, as instituições como o parlamento e a própria igreja reformada, seja ela de caráter nacional ou simplesmente local, sem ligação direta com o estado. Na gestação desta nova sociedade, o protestantismo teve um papel de relevo, participando ativamente na formação das instituições já mencionadas, dando sua fundamental contribuição na nascente sociedade burguesa ocidental.

Apesar da eloquente justificativa para a existência do sistema político e social, a crise aqui abordada existe e é de âmbito mundial. Esta justificativa ainda é reforçada pelo sofisma de que a organização política e social forjada pela burguesia consiste na forma mais aperfeiçoada de democracia existente na história humana numa nítida apologia da evolução social da espécie. Entretanto, malgrado o trabalho das mídias para gerar um sentimento de bem-estar social generalizado nas massas, o descrédito para com as instituições da modernidade é amplo e indisfarçável, e tem disseminado um clima de desconfortável mal-estar que vai da indiferença à indignação, da revolta à alienação e mesmo ao irracional sentimento de destruição nínilista dentre a parcela da população mundial que tem se dado ao trabalho de analisar os (des)caminhos da vida social e política nas sociedades ditas democráticas do mundo atual.

Ellul (2010, p. 26) entende que a sociedade atual vivencia uma experiência única em que se encontram instituições políticas vazias



nas quais ninguém mais acredita, convivendo-se com um sistema político que funciona exclusivamente em benefício da própria classe política, secundado de um aumento exponencial do domínio, da autoridade dos governantes, enfim, de um controle social sobre os indivíduos que torna as democracias contemporâneas mais totalitárias que, por exemplo, o império napoleônico. Dentro do espírito de descrédito para com as instituições políticas e sociais herdadas da modernidade, ele propõe um novel modelo social baseado na criação de novas instituições haja vista o desgaste sofrido pela totalidade das instituições hodiernas, mesmo aquelas gestadas pela luta proletária, notadamente os sindicatos e associações laborais, que se desmoralizaram pelo reiterado uso perverso de seus dirigentes. Por sua vez, na visão deste historiador francês, o parlamentarismo, os partidos políticos e o sistema eleitoral estão em condição pior, sendo julgados como inexistentes, isto é, têm sua representatividade nula (cf. Ellul, 2010, pp. 25-26). Nesta perspectiva, a democracia representativa seria uma nulidade, ou, de outro modo, uma farsa institucionalizada.

Ora, é certo que as instituições da modernidade não respondem mais às demandas de um mundo complexo e globalizado, ficando claro para todos o especial desrespeito que as autoridades devotam às liberdades individuais apregoadas pelos sistemas jurídicos da esmagadora maioria dos países ocidentais bem como à clara limitação legal da participação política dos cidadãos comuns nos rumos tomados pelos agentes estatais. Não se tem aqui a pretensão de fornecer saídas concretas para o problema posto na realidade,

senão tentar estabelecer uma conexão entre a ação dos cristãos protestantes da modernidade e os seus descendentes de hoje, em face do problema que se apresenta na contemporaneidade pós-moderna.

Tillich (1963, p. viii) percebe que a era protestante, originada pelo princípio protestante, é característica de um período histórico determinado, e que esta era, mais dia, menos dia, será julgada pelo seu próprio princípio, chegando a seu fim. Destarte, o período histórico do protestantismo está submetido a um princípio eterno que é o próprio princípio protestante que será o motivo de sua transformação. Ora, dentro do prisma histórico a era protestante pode ser entendida como a era do primado da fé sobre as obras e sobre o amor, enfim, a era da religiosidade racional, individualista, baseada nas confissões de fé, na edificação de novas instituições oficiais sejam estatais ou não, na participação da construção de uma sociedade baseada no trabalho, na acumulação e no investimento. Assim, a era protestante confunde-se, em grande parte, com a própria modernidade, seus valores e instituições, consistindo hoje no legado que esta nos deixou e que ainda perdura até a contemporaneidade.

Mas o que vem a ser o princípio protestante? Grosso modo, pode-se entender este princípio como a proclamação radical da situação limite do homem e o consequente protesto contra todas tentativas, ainda que através de expedientes religiosos, de se evadir desta condição mesmo que esta fuga seja ajudada por toda a riqueza, profundidade e alcance da piedade mística ou sacramental da religião



(*Ibidem*, p. 196). Desta forma, o princípio protestante seria responsável pelo espírito de contestação por parte dos cristãos de toda e qualquer autoridade, instituição ou outra criação humana (inclusive religiosa) que se julgue absoluta e demande a sujeição das pessoas a sua vontade. É um espírito iconoclasta por natureza que se rebela contra a absolutização da criação humana, não se curvando a quaisquer ídolos, ainda que sejam os da igreja.

Tratando da situação proletária à luz do princípio protestante, Tillich vê convergência nas atitudes do movimento proletário com aquele do movimento protestante enquanto diferentes expressões oriundas da mesma situação humana em que o mundo, signos e símbolos criados pelo homem não são dignos de adoração senão de contestação sistemática, ainda que sejam as próprias instituições protestantes.

O princípio protestante, termo derivado do protesto dos “protestantes” contra as decisões da maioria católica, contém o protesto divino e humano contra qualquer reivindicação absoluta feita por uma realidade relativa, ainda que esta reivindicação for feita por uma igreja Protestante. O princípio Protestante é o juiz de cada realidade religiosa e cultural, inclusive da religião e da cultura que chamam a si próprias de “protestantes”. (*Ibidem*, p.163 – tradução do autor)

Adiante, torna mais claro o sentido religioso e social do princípio protestante enquanto uma atitude ligada diretamente à fé, a uma força que nos leva a apontar para o infinito, o inalcançável. Por fim, conclui a idéia que este é o resultado do relacionamento da fé em

busca do infinito contra toda forma de absolutização da criação humana, seja religiosa ou secular (grifos do autor).

Como tal, o que está em causa é aquilo que a teologia chama de fé, ou seja, o estado de espírito no qual somos tomados pelo Poder de algo incondicional que manifesta a si próprio como fundamento e juiz de nossa existência. O poder que nos detém no estado de fé não é um ser ao lado de outros, nem mesmo o mais elevado; não é um objeto entre outros objetos, nem mesmo o maior; mas é a qualidade de apontar além de si próprios e suas existências finitas ao infinito, à profundidade inesgotável e inacessível dos seres e seus significados. O princípio protestante é a expressão deste relacionamento. Ele é o guardião contra as tentativas do finito e condicionado usurpar o lugar do incondicionado no pensamento e na ação. É o julgamento profético contra o orgulho religioso, a arrogância eclesiástica, e a auto-suficiência secular e suas consequências destrutivas. (*Ibidem*, p.163 – tradução do autor)

Rubem Alves, tecendo comentários sobre a mesma passagem, resume, de forma magistral, a essência da idéia de Tillich:

O espírito protestante, assim, implicaria uma atitude de permanente vigilância contra os ídolos seculares e sagrados, uma recusa de ajustar-se ao *status quo*, uma rebelião iconoclasta que nega obediência a qualquer ordem estabelecida. Mas por quê? Por compreender que a situação humana é basicamente distorcida. Esta distorção básica, essencial, irresolvível, que o símbolo do “pecado original” preservou, significa que não existe situação alguma diante da qual a consciência possa descansar tranquila, pronunciando o seu sim de aprovação. Consciência é negação. Se a alienação de Deus é o denominador comum a todas as construções humanas – instituições, culturas, nações, civilizações -, a única palavra que o homem pode pronunciar é a palavra do protesto profético. (Alves, 1982, p. 41)



Continuando a leitura da obra de Tillich, Alves entende que o protesto profético contra a ordem de coisas teve lugar na reforma protestante em seu momento fundador, para, logo mais, ser traído pela ideologização do próprio princípio que servia aos interesses da ordem patriarcal à qual se associou. Por conseguinte, a liberdade que Lutero buscava e achou na doutrina da graça, que liberta o crente da lei e da condenação, da insegurança quanto à salvação da alma, perdeu-se no desenvolvimento histórico do protestantismo consistindo esta história por si própria, uma traição continuada ao mencionado princípio protestante que lhe gerou. Alves percebe que o pensamento de Tillich concorda com o de Weber em sua análise da evolução capitalista no meio protestante, chegando à seguinte conclusão:

Weber, assim, está dizendo aos protestantes: “ou modernidade ou liberdade. As duas não podem ser afirmadas ao mesmo tempo”. Notem que o texto indica que as exigências funcionais do sistema de produção – exatamente o sistema que é o fundamento do progresso – não podem permitir o comportamento individualmente diferenciado, seja ele determinado por exigências do organismo, seja ele determinado por valores pessoais divergentes. Em outras palavras: na medida que o espírito protestante se ajusta à ética da disciplina e ascetismo do sistema de produção capitalista, torna-se impossível continuar a manter os ideais individualistas, libertários, críticos, que encontramos nos momentos iniciais da Reforma. Se, nas suas origens, o protestantismo foi um protesto da consciência contra as imposições de um certo sistema; se ele proclamou a prioridade da “graça” sobre a “lei”; se ele afirmava que a pessoa, em decorrência com sua ligação direta com Deus, devia ser o pólo axiológico para a denúncia profética de todos

os sistemas que pretendiam transformar a pessoa em função – ***o fato histórico, entretanto, é que a ligação do protestantismo com o progresso abortou os seus ideais fundadores.*** (*Ibidem*, p. 46 – grifos do autor)

Por sua vez, Tillich deixa claro que somente o princípio protestante pode oferecer resistência às ideologias provenientes tanto do catolicismo quanto do protestantismo (seja ortodoxo, seja humanista), que justificam determinados modelos político-sociais vigentes, mesmo aqueles baseados no progresso material.

No poder do princípio Protestante, o Protestantismo deve lutar não apenas contra outras ideologias mas também contra a sua própria. Ele deve revelar a “falsa consciência” onde ela se esconder. Ele deve mostrar como o “Deus feito pelo homem” do Catolicismo era do interesse da ordem feudal, da qual a igreja medieval era parte; como o Luteranismo era do interesse da ordem patriarcal, com a qual a ortodoxia luterana associou-se; como a religião idealista do protestantismo humanista é do interesse de uma burguesia vitoriosa. A criação destas ideologias – religiosamente falando, ídolos – representando o desejo do homem de poder, ocorre inconscientemente. (Tillich, 1963, p. 169 – tradução do autor)

O fracasso da era protestante sem o espírito profético fica patente frente ao que o teólogo germânico chama de “questão proletária”, que não tem lugar na visão de mundo protestante, baseada na solução dos problemas da personalidade individual, deixando a questão social entregue à sua própria sorte. Destarte, o individualismo protestante, que ao nível articulado aparece como uma defesa da liberdade, na questão social do proletariado aparece como mero conformismo da dominação da burguesia sobre os trabalhadores.



O racionalismo e a liberdade individual, originalmente, foram alguns dos valores básicos da Reforma Protestante e estiveram na origem da nascente burguesia ocidental. Com o devir histórico e o advento da revolução industrial, a sociedade capitalista tomou proporções inusitadas, surgindo as grandes diferenças e o antagonismo entre as classes burguesa e trabalhadora. É justamente a este estado de coisas que Tillich busca abordar quando fala da “questão proletária” enquanto uma problemática gerada, ainda que indiretamente, pela era protestante e cujo equacionamento não deve ser buscado dentro do sistema, senão no profético princípio protestante.

A organização da segurança (contra a devastação vinda da bomba atômica ou do desemprego permanente) é impossível sem medidas coletivistas. A questão se o protestantismo como fator histórico determinante será capaz de se adaptar à nova situação; é a questão se o protestantismo, no poder de seu princípio, será capaz de dissolver a sua fusão com a ideologia e realidade burguesa e criar uma síntese, em crítica e aceitação, com as novas forças que tem se levantado no presente estágio da transformação revolucionária do homem e de seu mundo. (*Ibidem*, p. xx – tradução do autor)

Ademais, pode-se enumerar, ao lado da problemática da exclusão social, diversas outras, que, a par da crise das instituições já citadas, apontam para uma crise generalizada no sistema político (a

crise da representatividade) que, por sua vez, tem sua parcela de responsabilidade na crise ambiental planetária.

A era protestante e as instituições modernas têm um mesmo filho em comum: ambas geraram uma sociedade em que o homem é um ser disciplinado, submetido às exigências da produtividade e do consumo, aos caprichos da sociedade tecnológica que o desumaniza, submetendo seus indivíduos a um processo de despersonalização, por intermédio da sociedade de consumo, com suas ofertas ilusórias, tais qual o canto das sereias para Ulisses. A conclusão final é que o protestantismo lançou as bases de um sistema social e político que, ao final das contas, manietou o indivíduo, através de sua sujeição aos poderes que criou.

A questão que se coloca, a partir da análise dos textos mencionados, é se os cristãos da atualidade, herdeiros da era protestante, vivendo num mundo complexo e em plena crise advinda de um sistema capitalista baseado no progresso material, estarão prontos para agir, quebrando os grilhões das seduções hedonistas em que se enredou, gestando novas relações sociais, novas instituições, enfim, dando à sociedade a necessária resposta profética ancorada no princípio protestante, fator de significativas mudanças políticas, sociais e econômicas ao logo da história. A gestação destas novas instituições deve passar necessariamente pela discussão ética das relações de poder, pela mudança de valores sociais que se dão a longo prazo, desafiando os cristãos à ação enquanto participantes do



Reino de Deus, que salgam a terra e iluminam o mundo (*cf. Mt 5:13-14*).

Para tanto, faz-se necessário uma teologia (seguida de uma vivência) que abranja a retomada de valores básicos do cristianismo tais como a vida comunitária, o amor ao semelhante e à criação divina, a efetiva prevalência da graça sobre a lei, o respeito à liberdade individual dos homens, o serviço abnegado como fator de liderança, a relativização das hierarquias sociais, dentre outros aspectos, hoje tão pouco enfatizados da mensagem de Cristo.

Referências bibliográficas

- ALVES, R. (1982), *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática.
- BIBLIA. Português. (2000), *Edição Contemporânea da Bíblia de Almeida (AEC)*. São Paulo: Vida.
- ELLUL, J. (2010), *Anarquia e cristianismo*. São Paulo: Garimpo Editorial.
- TILLICH, P. (1963), *The protestant era*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. (2001), *A coragem de ser*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.